

Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço

Mario Grynszpan *

Uma das marcas da produção mais recente em história, verificável em uma parcela considerável de autores, é a ruptura crescente com o formalismo e o substancialismo, que, de maneira geral, informaram o debate historiográfico até pelo menos os anos 1970. Um forte indicador disto é a atual apropriação positiva de temas, questões, noções, autores e, por que não dizer, visões disciplinares, que, antes, eram localizados, marginais ou mesmo estranhos ao campo da história. Há uma clara valorização do relativismo cultural, identificado com a antropologia, disciplina, aliás, com a qual os historiadores vêm dialogando de forma intensa, tornando comuns referências a autores como Clifford Geertz e Marshall Sahlins. A univocidade e a rigidez conceituais, categóricas, vêm cedendo espaço à atenção às decalagens semânticas e aos processos de ressemantização — atribuindo interesse a textos como os de Paul Ricoeur — às disputas de sentidos, de representação, e aos seus efeitos performativos, objetivos — atraindo o olhar para a reflexão de sociólogos como Pierre Bourdieu.

Neste processo, temas como o da gênese social de grupos, de instituições e mesmo de práticas e costumes vêm sendo fortemente investidos pelos historiadores, projetando para o núcleo da disciplina o trabalho de um historiador como Edward Palmer Thompson. O reconhecimento de

* Pesquisador do CPDOC-FGV e Professor do Departamento de História da UFF.

Tempo, Rio de Janeiro, n° 12, pp. 113-132

Thompson guarda uma relação estreita com o fato de que, trabalhando com a noção de classe social como processo histórico, permite conciliar o marxismo, referência forte entre os historiadores, com a nova visão que se impõe, afirmando-se como alternativa, entre outros, ao estruturalismo de Louis Althusser.¹ Fora do referencial marxista, outro autor crescentemente apropriado pelos historiadores é o sociólogo alemão Norbert Elias, que enfatiza a importância dos conflitos como elementos constituidores dos processos de sociogênese.² E, ainda, no terreno da sociologia, agora francesa, uma referência cada vez mais freqüente entre os historiadores, embora nem tanto entre os brasileiros, é o trabalho de Luc Boltanski sobre a formação dos quadros — dirigentes de empresas — enquanto grupo social na França.³

É nesta linha de reflexão que se inscreve o presente trabalho. O que se tratará aqui é de analisar a gênese social de um grupo, o dos posseiros, no Estado do Rio de Janeiro, a partir da década de 1950.⁴ De um modo mais específico, procurar-se-á ver como, praticamente imperceptíveis até os anos 1940, os posseiros se tornaram uma categoria altamente significativa em termos estatísticos, da década de 1950 em diante, afirmando-se a partir da região do estado conhecida como Baixada Fluminense.⁵ Sua presença era bastante reduzida, nos quadros do Censo, referentes à Baixada, até 1940, controlando apenas 0,03% dos estabelecimentos rurais. Já em 1960, no entanto, sua representação alcançou a cifra de 24,2%.⁶

¹ Ver, por exemplo, Edward P. Thompson, *The making of the English working class*, New York, Vintage, 1966, e *The poverty of theory & other essays*, London, Merlin Press, 1978.

² Ver, entre outros, Norbert Elias, "Studies in the genesis of the naval profession", *British Journal of Sociology*, 1 (4): 1950, e *The court society*, Oxford, Basil Blackwell, 1983.

³ Cf. Luc Boltanski, *Les cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Minuit, 1982. A apropriação do trabalho de Boltanski é particularmente evidente na micro-história, como se pode notar, por exemplo, nos textos reunidos por Jacques Revel na coletânea "Jogos de Escala". Cf. Jacques Revel (dir.), *Jeux d'échelles. La micro-analyse à l'expérience*, Paris, Hautes Études, 1996.

⁴ Trata-se do Estado do Rio de Janeiro, em sua antiga configuração, anterior à fusão com a Guanabara, que se efetivou apenas nos anos 70.

⁵ A Baixada Fluminense reúne alguns municípios próximos à cidade do Rio de Janeiro, sendo que os seus limites, tais como referidos pelos relatos de conflitos agrários dos anos 50 e 60, não coincidem necessariamente com aqueles estabelecidos pelas convenções geográficas da época. A Baixada a ser considerada aqui será a dos relatos, que incluía os Municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Itaguaí.

⁶ Cf. Mario Grynspan, *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1987, p. 37.

O que torna particularmente impressionante este crescimento é o fato de que coincidiu, em termos temporais, com a recorrente publicação, pelos jornais, de notícias sobre intensos processos de expulsão, ou despejo, de posseiros na região da Baixada.⁷ Inversamente ao que ocorreu, portanto, o que se poderia esperar, pela leitura dos jornais de época, seria uma redução no número de posseiros. A imagem que se forma a partir do noticiário é a da Baixada como região de conflitos típicos de fronteira, em que posseiros, lavradores, camponeses — termos pelos quais também eram referidos — que há vários anos ocupavam e trabalhavam terras antes incultas e abandonadas, que haviam desbravado e conquistado, vinham sendo expulsos por ações de despejo, promovidas por grileiros, pessoas estranhas, que chegavam de um momento para outro, buscando a desocupação das terras para fins especulativos.

Os despejos assumiam características dramáticas, violentas, com queima de casas e destruição de plantações. Isto fazia da Baixada uma região particularmente tensa, explosiva, levando o jornalista Maurício Hill, do jornal *Última Hora*, a referir-se a ela como o “Nordeste sem seca”. Segundo ele, havia ali, em meados de 1962, cerca de cinco mil famílias ameaçadas de despejo, obrigadas a abandonar suas terras.⁸

Esta visão da Baixada como área de fronteira, com posseiros e grileiros enfrentando-se pelo controle da terra, contrasta com o histórico de sua ocupação, que é bastante antiga, remontando ainda ao século XVI. É esta mesma história, porém, que nos pode trazer elementos de compreensão deste contraste, de como os posseiros puderam se impor como categoria significativa na região, impondo também, em um mesmo processo, a percepção dos seus opositores enquanto grileiros. A afirmação destes atores implicou, ao

⁷ Os dados deste artigo provêm de pesquisa realizada nos anos 80, tendo em vista a elaboração de um trabalho anterior (Grynspan, *op. cit.*, 1987), de maior fôlego. Além da realização de entrevistas e do levantamento de documentação de arquivos, foram sistematicamente pesquisados, dia a dia, para os anos de 1950 a 1964, os seguintes periódicos: *A Classe Operária*, *Correio da Manhã*, *O Cruzeiro*, *O Dia*, *O Estado de São Paulo*, *O Fluminense*, *Imprensa Popular*, *Jornal do Brasil*, *Liga*, *Luta Democrática*, *Novos Rumos*, *Problemas*, *O Semanário*, *Terra Livre*, *Tribuna da Imprensa* e *Última Hora*, edição do Estado do Rio de Janeiro. Algumas das questões aqui desenvolvidas foram enunciadas em trabalhos anteriores. Ver Grynspan, “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada”, *Dados*, 33 (2): 1990; “Luta pela terra e identidades sociais”, *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, número especial, jul. 1998; “Conflitos: expressão pública e gênese de grupos sociais”, *Sociologias*, 1, jan./jun. 1999.

⁸ Cf. Maurício Hill, “Baixada, Nordeste sem seca”, *Última Hora*, edição do Estado do Rio de Janeiro, 30.08.1962, p. 5.

mesmo tempo, em uma reconfiguração do espaço onde se inscreviam, fazendo com que uma região antiga, como a Baixada, pudesse ser percebida como área de fronteira, com terras livres para a ocupação.

Os atores e a propensão à luta

A Baixada passou, mais claramente em fins do século XVIII e início do XIX, a ser percebida como região decadente. A dinamização da produção canavieira na área de Campos, ao norte do estado, e a concentração do café no Vale do Paraíba fizeram com que os proprietários tradicionais se desinteressassem por ela. Suas terras foram abandonadas, seus rios e canais de drenagem deixaram de ser limpos e desobstruídos, o que fez com que amplos trechos de seus terrenos fossem alagados, agravando o problema das doenças que ali grassavam.⁹

Foi apenas a partir da década de 1930 que o Governo Federal iniciou a implementação de medidas mais sistemáticas, no sentido de recuperar a região. Em 1933, foi criada por Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, instalado pela Revolução de 1930, a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Tal Comissão elaborou um plano geral coordenado, abrangendo desde a realização de obras hidráulicas, que visavam melhorar a salubridade e recuperar as áreas férteis, até o fomento da colonização das terras públicas e do desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede viária e de transportes para o escoamento da produção.¹⁰ Tratava-se de reforçar o que se dizia ser a vocação agrícola da região, tornando-a um celeiro do Distrito Federal e do estado como um todo.

Já se encontrava embutida no plano uma representação da Baixada como região de fronteira. Era como se, com o abandono e o alagamento, ela tivesse retornado a um estado anterior à chegada do colonizador. Sua recuperação, assim, assumia o caráter de desbravamento. Com ela, suas terras poderiam receber pequenos lavradores, colonos, que, instalados em núcleos através de um projeto dirigido pelo Estado, as tornariam produtivas.

Ao reforçar a idéia de que a região tinha terras disponíveis para serem trabalhadas, a ação do Estado, no sentido de recuperar a região, associada à

⁹ Renato da Silveira Mendes, *Paisagens culturais da Baixada Fluminense*, São Paulo, FFCL/USP, 1950, pp. 75, 78).

¹⁰ Hildebrando de Araújo Góes, *O saneamento da Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939, pp. 19-20.

proposta de promover a sua colonização, operaram como fatores de atração de lavradores. Não são poucas, desta forma, as indicações de famílias que chegaram à área no momento em que se processava o seu saneamento. Algumas delas trabalharam mesmo nas obras, antes de ali se estabelecerem como lavradores. Contudo, não era predominantemente como posseiros que este estabelecimento se fazia. A entrada se dava, em larga medida, pela mediação de alguém, que se apresentava como responsável, proprietário, arrendatário ou preposto destes, com quem se estabelecia, em contrapartida, um vínculo de subordinação direta.

Antes mesmo da realização das obras, a partir dos anos 10, já era possível perceber um aumento no fluxo de lavradores e uma divisão de grandes propriedades da Baixada. Estes dois processos estavam fortemente relacionados à expansão da fruticultura na região, em particular a produção de cítricos. Um grande número de pessoas se dirigiu para os municípios da Baixada, em busca de terras e trabalho, incentivado também por um esquema publicitário, que propalava as possibilidades de enriquecimento rápido, proporcionadas por aquele cultivo.¹¹

O impulso da fruticultura se manteve forte até o início da década de 1940, quando as dificuldades de exportação, geradas pela II Guerra Mundial, o fizeram declinar. Entretanto, um outro fator que contribuiu para este declínio foi a própria intensificação do mercado de terras na Baixada. A grande valorização dos terrenos fez com que a sua utilização para fins especulativos se tornasse mais interessante do que a produção. Os pomares começaram a ser desativados em vastas áreas de municípios, como Itaguaí, Nova Iguaçu, Magé e Itaboraí.¹² Um dos desdobramentos deste processo foi a liberação de lavradores envolvidos na produção de frutas, quer como empregados, quer como moradores, parceiros e mesmo arrendatários e proprietários.

Da mesma forma que o fluxo de lavradores para a Baixada, a especulação foi alimentada, ainda que em parte, pela ação do Estado. As obras e os investimentos ali realizados provocaram uma valorização das terras. Entretanto, um outro fator, que pesou para que isto ocorresse, foi a transformação do espaço rural em urbano, na Baixada. Este processo, que se acentuou bastante a partir da II Guerra Mundial, se deu de forma mais intensa em áreas

¹¹ Cf. Mendes, *op. cit.*, pp. 100-02.

¹² Cf. Pedro P Geiger e Myriam G. C. Mesquita, *Estudos rurais da Baixada Fluminense*, Rio de Janeiro, IBGE, 1956, p. 36.

próximas à antiga Capital Federal, como Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que passaram a abrigar um grande contingente de trabalhadores urbanos e de antigos camponeses, que migravam para as cidades do Sudeste.¹³

Em um tal quadro, as expulsões passaram a representar a possibilidade de um corte definitivo no acesso à terra. Incidindo não sobre um outro lavrador, mas sobre um grande número e em várias fazendas, elas indicavam que aquele que se retirava de uma área dificilmente seria reabsorvido em outra. O que se configurava como perspectiva de futuro era, portanto, o bloqueio à reprodução dos lavradores enquanto grupo social.

Foi no momento da valorização dos terrenos que os grileiros surgiram, configurando-se em agentes das expulsões. Eram recorrentemente apontados como pessoas estranhas, que apareciam de repente, dizendo-se proprietárias e exigindo a saída. Desta forma, não eram, em geral, os antigos responsáveis, aqueles que exerciam a dominação direta sobre os lavradores, quem promovia os despejos. Os relatos referiam-se quase sempre a elementos externos, pessoas vindas de fora da área, interessadas não na produção, mas na especulação.

Quando surgia o grileiro, e muitas vezes eram vários, reivindicando uma mesma área, era para ele, e não para aquele que dominava diretamente, que, a princípio, se dirigia a hostilidade do lavrador. No entanto, com a pressão continuada e as constantes tentativas de expulsão, a situação começou a se reverter. A concorrência, por se apresentar como proprietário legítimo, terminou por contribuir para a ilegitimação mesmo daquele que, inicialmente, ocupava a posição de proprietário. Desta forma, se os lavradores não se sentiam a princípio donos das terras, aos poucos foram relativizando sua situação, desconfiando de que aqueles que se diziam donos também não o eram. Sobrepondo-se aos antigos responsáveis, exigindo sua saída, as investidas dos grileiros fizeram com que relações prévias de dominação e dependência fossem sendo rompidas, tornando os lavradores propensos à luta, a resistir contra os despejos.¹⁴

¹³ Para uma análise detida da transformação do espaço e dos conflitos camponeses por ela gerados, em particular no Município de Duque de Caxias, ver Frederico G. Bandeira de Araújo, *Lutas pela terra na Baixada da Guanabara*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, IPUR/UFRJ, 1982.

¹⁴ Para uma análise da importância da ruptura dos laços de dependência e de dominação, personalizada na emergência de movimentos camponeses, ver Lucien Bianco, "Peasants and revolution: the case of China", *The Journal of Peasant Studies*, 2 (3): apr. 1975; Barrington Moore Jr., *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo*

A grilagem era, de fato, relativamente comum na Baixada. Um dos fatores que a propiciaram, e que deram margem a diversos litígios, foi a indefinição quanto aos limites e à titulação dos terrenos. Uma boa parte das terras não era medida ou levantada, sendo comum a inexistência de documentos comprobatórios. Quando existiam, indicavam, na maioria das vezes, limites imprecisos.¹⁵ Tal confusão se dava, sobretudo, no que tocava às terras públicas, para as quais não havia cadastros e que vinham sendo objeto de sucessivas apropriações.¹⁶

Se isto ocorria, entretanto, é preciso ver que nem todos aqueles que promoviam despejos eram realmente grileiros. Tratava-se, não raro, de donos de direito das terras, que, tendo em vista a sua valorização, retornaram, a fim de restabelecer o seu controle. Além disto, o termo grileiro era várias vezes empregado para referir um preposto dos verdadeiros interessados no despejo. Diante da situação de indefinição, diante da quebra dos vínculos de subordinação, diante da possibilidade de um corte com a terra, contudo, os lavradores, ainda que não se sentissem eles mesmos donos, passaram a questionar a autoridade e o direito daqueles que assim se apresentavam e a lutar pela permanência. Para eles, portanto, a designação de grileiro estava referida não à propriedade de fato da terra, mas à ilegitimidade dos atos de despejo.

De conteúdo fortemente negativo, significando alguém que, utilizando documentos falsos, meios indébitos, se apropria de terras que não são suas, grileiro era uma categoria utilizada de forma ampla, indiscriminada, visando ilegitimar as pretensões de todos aqueles que promoviam despejos, mesmo que fossem proprietários legítimos. A imposição deste uso do termo grileiro se deu juntamente com a afirmação da categoria que a ele se opunha, posseiro, em um processo que guarda relação direta com a ação de grupos, partidos e atores diversos, que atuavam junto aos lavradores fluminenses, buscando organizá-los, representá-los, liderá-los na luta contra os despejos, construindo uma alternativa ao abandono do campo e à migração para a cidade.

moderno, Lisboa, Cosmos, 1975, e *Injustice: the social bases of obedience and revolt*, London, MacMillan, 1978; Moacir Palmeira, "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional", *Contraponto*, 2: dez. 1977, e Eric Wolf, *Las luchas campesinas del siglo XX*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1973, e "On peasant rebellions", Teodor Shanin (ed.), *Peasants and peasant societies*, Middlesex, Penguin, 1979.

¹⁵ Cf. Geiger & Mesquita, *op. cit.*, 1956, pp. 64 e 65.

¹⁶ Cf. Luciano Pereira da Silva, *O regime jurídico das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz*, Rio de Janeiro, 1961, dat., p. 2.

Luta, atores e representação

É a propensão à luta, à resistência aos despejos que permite compreender a aparente defasagem entre os dados estatísticos e o noticiário referente à Baixada. No processo de resistência, lavradores estabelecidos como parceiros, moradores ou arrendatários passaram a reconhecer-se como posseiros, negando a autoridade sobre a terra daquele que se dizia dono, alcunhando-o de grileiro. Além disto, as áreas onde as resistências eram bem sucedidas, garantindo a permanência, ainda que temporariamente, acabavam se transformando em pólos de atração para outros lavradores, que para lá rumavam em busca de terras. Estas entradas de novos lavradores e as ocupações de terras não se limitaram, contudo, às áreas onde ocorriam resistências. Elas se constituíram, já nos primeiros anos da década de 1960, na principal forma de luta dos lavradores, tendo sua grande concentração justamente na Baixada.

Portanto, as constantes notícias e os relatos sobre despejos estavam relacionados não apenas à intensidade das investidas sobre os lavradores, mas também ao fato de que estes começaram a se organizar, resistindo à expulsão a partir daquela região. As denúncias, nos jornais, das ameaças de despejo eram um dos meios utilizados pelos lavradores na luta pela permanência na terra.

Um importante elemento de compreensão de como se operou entre os lavradores a passagem de um senso de ilegitimidade e injustiça, de revolta moral, a determinadas formas objetivadas de luta, como as resistências e as ocupações, é a presença, na Baixada, naquele mesmo momento, de um outro elemento externo, afora os grileiros. Eram militantes de partidos de esquerda, que começavam a ser deslocados para o trabalho político no campo. Foram estes militantes que começaram a organizar os lavradores, fornecendo-lhes, no processo de ruptura de seus vínculos anteriores, um novo quadro de pertencimento e proteção, desnaturalizando a saída, apresentando as resistências e as ocupações como alternativas concretas de permanência e acesso à terra.¹⁷ Seus vínculos urbanos com partidos, sindicatos e órgãos de impren-

¹⁷ A importância de agentes externos, de minorias organizadas e de militantes políticos tem sido ressaltada com frequência pelos estudos de movimentos sociais. Ver, por exemplo, Lucien Bianco, "Peasants and revolution: the case of China", *The Journal of Peasant Studies*, 2 (3): apr. 1975; Eric J. Hobsbawm, "Os camponeses e a política", *Ensaio de Opinião*, 8: 1978; Guerrit Huizer, *Peasant rebellion in Latin America*, Middlesex, Penguin, 1973; Barrington Moore Jr., *Injustice: the social bases of obedience and revolt*, London, MacMillan, 1978; e Teodor Shanin, "Peasantry as a political factor", *idem* (ed.), *Peasants and peasant societies*, Middlesex, Penguin, 1979.

sa forneciam-lhes os meios de produzir e difundir uma determinada representação pública dos conflitos, de denunciar a ação dos grileiros, de criar redes de apoio e de solidariedade, de pressionar as instâncias de poder por uma intervenção em favor dos lavradores. Seu acesso a advogados lhes dava recursos para traduzir juridicamente o descontentamento dos lavradores, transformando-o em ações na Justiça. Foi em grande parte por sua intervenção, destarte, que as disputas pela terra extrapolaram o âmbito privado da relação entre lavrador e grileiro, ganhando dimensões públicas, contornos políticos e um reconhecimento jurídico, impondo-se novos espaços e meios para a sua resolução — o que vale dizer, também, a presença de novos atores — dificultando, tornando mais custoso o seu tratamento exclusivamente pelas vias tradicionais, como a violência e o emprego de jagunços.

A ação destes militantes se deu largamente a partir de organizações de lavradores que começaram a ser criadas ainda na década de 1940, sendo seu ponto de partida a região da Baixada. Já em 1952, foi criada em Xerém, Duque de Caxias, com base em uma comissão de lavradores que ali existia desde 1949, a *Associação dos Lavradores Fluminenses* (ALF). Sua origem se deu após um despejo ocorrido na Fazenda São Lourenço e em meio a ameaças aos lavradores da Fazenda Capivari, ambas naquele mesmo município.¹⁸

Um dos líderes da ALF era José Pureza, antigo operário da construção civil na Cidade do Rio de Janeiro, ligado ao então denominado Partido Comunista do Brasil (PCB), e que, ao final dos anos 1940, se transferiu para o campo, instalando-se como parceiro na Fazenda Penha-Caixaão, também em Duque de Caxias. Igualmente ligado ao PCB era o advogado Heitor da Rocha Faria, que orientou a ALF já na sua fundação.¹⁹

A ALF iniciou suas atividades procurando criar bases no interior de Duque de Caxias e, mais precisamente, na região de Xerém. O trabalho consistia na formação de núcleos em áreas que vinham experimentando problemas de despejo. Alguns núcleos foram criados também em outros municípios, como Magé, que contou com a iniciativa de Manoel Ferreira de Lima, igualmente ele um antigo operário com vínculos com o PCB, que acabara de ser deslocado para o trabalho no campo.²⁰

Em 1959, a ALF deu lugar à FALERJ, *Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro*, criada após a *I Conferência dos Lavradores*

¹⁸ *Imprensa Popular*, 27/9/1951, p. 4; 11/6/1952, p. 8; 12/7/1952, p. 8; 11/12/1952, p. 6.

¹⁹ Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, pp. 102 e 103

²⁰ Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, p. 106.

e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro, realizada em agosto daquele ano, em Niterói, então capital do estado. A FALERJ reuniu os antigos núcleos da ALF, que foram transformados em associações de lavradores de âmbito municipal.

Assim como no caso da ALF, a FALERJ tinha fortes vínculos com o PCB. Alguns de seus quadros pertenciam à Seção de Campo do Partido, ou eram área de influência dele.²¹

Apesar da pretensão de abarcar todo o estado, foi principalmente na Baixada que, a princípio, a ALF e, depois, a FALERJ concentraram sua ação. Era na Baixada que se localizava a parcela dos lavradores que vinha lutando pela terra, e foi para ela que aquelas organizações se voltaram, prioritariamente.

As resistências contra os despejos foram a marca principal da atuação das organizações camponesas ao longo da década de 1950, e conjugavam diversas formas de ação. Os lavradores eram orientados no sentido de permanecerem na terra o máximo que pudessem, procurando neutralizar as violências e as investidas dos grileiros. Ao mesmo tempo, eram promovidas manifestações nas cidades, dirigidos apelos às autoridades para que tomassem providências e denunciadas as ocorrências aos jornais, além das ações que eram interpostas na Justiça.

As manifestações ocorriam geralmente em Niterói. Os lavradores promoviam passeatas, buscando o apoio da população, e procuravam, também, sensibilizar os deputados estaduais e os juízes, em idas à Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Justiça. Tentavam, ainda, no Palácio do Ingá, sede do Governo, obter o concurso do governador.

O que se objetivava, através destes atos, era trazer para a cidade, tornando-a visível, a situação vivida pelos lavradores. Desta forma, buscava-se transformar aquilo que, normalmente, seria uma tentativa localizada de expulsão, resolvida através de jagunços ou da própria polícia, em um despejo, em uma questão social. Produzia-se, assim, um debate em torno da questão e atraía-se a solidariedade dos setores urbanos, ao mesmo tempo em que se tentava ilegitimar a ação dos grileiros, dificultando eventuais decisões em favor deles por parte da polícia ou da Justiça.

Ao incluírem a Assembléia Legislativa e o Palácio do Ingá nos trajetos das passeatas de lavradores, as organizações camponesas buscavam transfor-

²¹ Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, p. 109.

mar os despejos em um problema político. Deste modo, as manifestações contribuía para o reconhecimento dos posseiros no campo político, produzindo-se no interior dele um processo de tomadas de posição a respeito daqueles e de suas reivindicações.

De igual forma que as manifestações, as denúncias nos jornais também conferiam visibilidade aos problemas locais, trazendo-os ao conhecimento nacional. Além de buscarem a produção de uma opinião pública favorável aos lavradores, as denúncias contribuía igualmente para o seu reconhecimento político.

A representação dos lavradores, que se procurava produzir por meio das manifestações e dos jornais, articulava-se com a luta jurídica desenvolvida com a mediação dos advogados. O que importava era caracterizá-los como posseiros, ainda que nem todos o fossem de fato, a fim de se obter o controle da terra, com base, a princípio, no usucapião, previsto no *Código Civil Brasileiro*. Isto significava que os lavradores deveriam ser percebidos como pessoas que haviam entrado em terras abandonadas, aparentemente sem dono, nelas se instalando, por conseguinte, sem a mediação de outrem, cultivando-as mansa e ininterruptamente, sem qualquer pagamento, obrigação ou forma de subordinação, pelo prazo suficiente para requererem o seu direito antes de os grileiros aparecerem.

Luta e afirmação social

Nas resistências, os lavradores procuravam, além de promover manifestações e denúncias nos jornais, permanecer na terra, aguardando a decisão judicial. Esta permanência, contudo, não se dava sempre de forma passiva. Já no começo dos anos 1950, havia evidências de reações armadas contra as tentativas de despejo.²²

Apesar de não terem sido recorrentes na década de 1950, as resistências armadas não eram dissimuladas pelas lideranças camponesas, que as identificavam como formas de autodefesa contra a violência dos grileiros. Por isto mesmo, eram articuladas às outras formas de ação, não excluindo os recursos à Justiça. Ficava clara aqui, novamente, a importância da mediação dos advogados, uma vez que este tipo de ação era previsto pelo *Código Civil*, que, em seu artigo 502, indicava a possibilidade do possuidor turbado, ou

²² Cf. *Imprensa Popular*, 15/3/1952, p. 5; 10/12/1954, p. 8; 18/8/1956, p. 4.

esbulhado, manter-se ou restituir-se por sua própria força.²³ No argumento que buscavam construir, portanto, eram os posseiros que vinham sendo esbulhados pelos grileiros.

A partir de fins dos anos 1950 e início dos 1960, as resistências armadas, sem descurar das outras formas de luta, tornaram-se mais comuns no noticiário. Elas não mais eram apresentadas pelas lideranças tão somente como ações defensivas, passando a assumir um tom de pressão e enfrentamento.

É preciso ver que este era um momento de crescente politização da questão agrária a nível nacional. O movimento camponês se projetava de forma evidente na cena política, alimentando o debate em torno da reforma agrária e dos instrumentos necessários à sua implementação, entre estes o mecanismo da desapropriação de terras, previsto pela Constituição vigente.²⁴

Internamente ao Rio de Janeiro, a FALERJ, com sua estrutura mais consolidada, conseguia uma integração maior, deslocando quadros seus de fazendas e mesmo de municípios próximos para as áreas onde se verificavam conflitos. A solidariedade e o apoio de setores urbanos e de parlamentares, fundamentais para o sucesso das lutas dos lavradores, tornavam-se igualmente mais consistentes. Os novos governadores do estado passavam a reconhecer os posseiros, mostrando-se receptivos às suas reivindicações.

Neste quadro, o que passavam a buscar as lideranças camponesas era não mais o usucapião e sim, expondo a violência e a radicalidade das lutas, caracterizar os locais onde vinham ocorrendo despejos como áreas de conflito, de tensão social, de maneira a forçar a sua desapropriação e a entrega aos lavradores. Instaurada, portanto, a desapropriação na ordem dos possíveis, o que se deu primeiro pela ação dos governos estaduais, ainda em fins da década de 1950, as associações de lavradores passaram a adotá-la, enquanto principal reivindicação. Mais do que uma simples mudança de palavra de ordem, é importante destacar, esta passagem teve efeitos práticos significativos, pensando sobre as configurações dos conflitos.

Em primeiro lugar, sendo uma atribuição do Poder Executivo, as desapropriações representaram um deslocamento da solução dos conflitos agrá-

²³ *Código Civil Brasileiro*, Atualização, notas remissivas e índices, pelo desembargador Manoel Augusto Vieira Neto, São Paulo, Saraiva, 1970, p. 192.

²⁴ Para uma reconstituição da questão agrária no Brasil, de 1930 a 1964, ver Aspásia Alcântara de Camargo, "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)", Boris Fausto (dir.), *O Brasil Republicano*, T. 3, v. 3, São Paulo, Difel, 1981, (História Geral da Civilização Brasileira, 10).

rios da órbita exclusiva do Judiciário, onde se concentrava a luta pelo usucapião, aprofundando a sua politização. Ela significou igualmente uma agilização da resolução dos problemas, ao mesmo tempo que um aumento na sua previsibilidade, visto que dependia de um ato do governador, que era mais suscetível às mudanças de conjuntura, dependente de uma legitimidade pública e sensível às pressões políticas, até porque submetido a uma lógica de concorrência eleitoral. Por outro lado, para o grupo como um todo, as lutas pelas desapropriações representavam experiências coletivas, uma vez que beneficiavam a todos os que se encontravam em uma área, à diferença das ações de usucapião, que tinham um caráter mais individual.

Como as desapropriações eram justificadas pela existência de litígios, as ações dos lavradores foram assumindo uma expressão pública mais aberta, um caráter de enfrentamento mais claro, com resistências e, agora também, ocupações de terras. A solução desapropriação, portanto, era constitutiva do problema luta, redefinindo-o, conformando-lhe novas expressões públicas, alterando os seus espaços de desenvolvimento e de resolução, impondo a presença de novos mediadores, atores e instituições.

Além das resistências armadas, portanto, outro elemento que compunha o novo contexto eram as ocupações dirigidas de terras que, até então, eram mimetizadas pelas lideranças dos lavradores como resistências. Uma explicação para isto estava no fato de que a reivindicação básica, até aquele momento, era ainda o usucapião. Por isto mesmo, quando se tentava despejar os novos posseiros, o argumento de defesa das organizações era o mesmo das resistências, procurando mostrar que não eram posses recentes. Para justificá-lo, os lavradores eram orientados no sentido de que, logo que entrassem nas terras, construíssem casas e preparassem o terreno.

Agora conduzidas de forma aberta, as ocupações dirigiam-se para terras públicas, que vinham sendo griladas, muito embora propriedades legítimas também tenham chegado a ser ocupadas. Mais uma vez, o objetivo das lideranças era caracterizar o litígio de modo a obter desapropriação. Destarte, a FALERJ e as associações de lavradores deslocavam quadros e advogados para diferentes pontos do estado para, através de pesquisas em cartórios, identificar terras passíveis de ocupação, que teriam boa acolhida do governo, facilitando uma solução favorável aos lavradores.²⁵

²⁵ Entrevista com Oay Fonseca (1986), antigo advogado da FALERJ.

Se as ocupações se disseminavam, era porque havia uma população disponível de lavradores em busca de terras, onde pudessem se estabelecer como posseiros e produzir com suas famílias. Estes lavradores podiam ser oriundos de um mesmo lugar, de onde haviam sido expulsos, tendo, portanto, vínculos prévios. Em boa parte dos casos, contudo, tratava-se de pessoas que não se conheciam anteriormente, vindas não de uma, mas de diversas partes do estado ou mesmo do país, e que eram agrupadas para a ação.²⁶

Os mecanismos de arregimentação dos ocupantes eram diversos. A FALERJ e as associações de lavradores encarregavam-se de espalhar a notícia das ocupações e de juntar as pessoas. A divulgação podia ser feita em reuniões daquelas organizações, encarregando-se os próprios associados da difusão, ou em praça pública. As praças, as estações de ônibus e de trens eram locais privilegiados para a arregimentação, principalmente no período em que as ocupações ainda não eram reconhecidas como tal. Já no início dos anos 60, as convocações também podiam ser feitas por meio de notas impressas.

É preciso observar que as ocupações não eram feitas de um só ato, de uma só vez. Primeiro entravam os homens e algumas poucas mulheres, construindo tendas e choupanas que os abrigariam. Depois é que vinha o restante da família. A sistemática era esta, pois poderia haver alguma reação violenta dos grileiros. Não era apenas a família, contudo, que chegava depois. Assim como nas resistências, na medida em que os ocupantes iam permanecendo na terra, e que a notícia se espalhava, as áreas transformavam-se em pólos de atração para novos posseiros. Eles para lá rumavam, vindos de diversas regiões, fazendo com que o número de ocupantes aumentasse constantemente. As próprias organizações camponesas também se incumbiam de difundir as notícias, chamando outros lavradores para que engrossassem as ocupações.

Apenas para se ter uma idéia, o número de ocupantes da fazenda Capivari, no Município de Duque de Caxias, passou de 200 para 2.500 em nove meses, de acordo com os jornais. E, em outro caso, o do Imbé, agora já fora da Baixada, no Município de Campos, começou-se a ocupação com cerca de 40 famílias para chegar-se, pouco tempo depois, a mais de 200.²⁷

²⁶ Um levantamento cadastral realizado na Fazenda Piranema, no Município de Duque de Caxias, no início de 1964, revelava que, de 292 posseiros, 97 eram fluminenses e os restantes provinham de outros estados. Cf. *Jornal do Brasil*, 4/3/1964, 1^a caderno, p. 4.

²⁷ Cf. *Luta Democrática*, 30/11/1961, p. 2; 31/7/1962, p. 2. Ver também Grynszpan, *op. cit.*, 1987, p. 174.

Constituiu-se no Estado do Rio de Janeiro, desta forma, um fluxo de relativa intensidade de populações rurais em busca de terras. A estratégia dos lavradores despejados era a de irem ocupando novas áreas. Muitas vezes voltava-se, depois de alguma movimentação, mesmo com passagens por trabalhos urbanos, ao ponto de partida, ou seja, à primeira área ocupada. Os cálculos das autoridades fluminenses, à época, eram de que havia em torno de 75.000 famílias de lavradores sem terras no estado, das quais cerca de 20.000 viviam movimentando-se à procura de áreas para ocupar.²⁸

Afirmando-se como possibilidade, as ocupações de terras passaram a representar para os lavradores uma alternativa concreta à ida para as cidades ou à proletarização no próprio campo. Entretanto, não eram apenas eles que participavam das ocupações. Os levantamentos cadastrais, realizados em áreas ocupadas, revelam também a presença de pessoas vindas de cidades, ou com profissões marcadamente urbanas. Em Piranema, no Município de Duque de Caxias, 49 dos 292 posseiros pesquisados declaravam nunca terem trabalhado no campo. Já no Município de Nova Iguaçu, 33 entre 204 chefes de família, ocupantes de áreas de mananciais, exerciam outras profissões, além da ou que não a de lavrador, como as de comerciante, servente, carpinteiro, pintor, cozinheiro, motorista e sapateiro.²⁹

Como se observava à época, havia entre os posseiros, de fato, pessoas interessadas não em produzir nas terras, mas em vendê-las tão logo possível, ou em tomá-las, simplesmente, como local de moradia, sem que isto significasse, no entanto, o abandono de suas atividades urbanas. A presença de antigos camponeses que haviam partido para as cidades, ou mesmo de pessoas que nunca haviam trabalhado no campo, contudo, indicava também que as ocupações podiam representar uma possibilidade de reversão, em algum nível, do chamado êxodo rural, desnaturalizando e relativizando a visão das migrações para a cidade como tendências inexoráveis ou — como foram tratadas sociologicamente de modo recorrente — vias de sentido único.³⁰ As ações de ocupação constituíam-se, portanto, em mecanismos de reconversão, não apenas para lavradores sem terras, afirmando-os e estabilizando-os en-

²⁸ Cf. *Jornal do Brasil*, 30/6/1963, 1^a caderno, p. 25, e Grynszpan, *op. cit.*, 1987, p. 176.

²⁹ Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, p. 177.

³⁰ Para uma demonstração de como a migração, a passagem por cidades, pode estar inscrita em uma trajetória de encampesinação, ver Afrânio Garcia Jr., *O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*, São Paulo, Marco Zero; Brasília, Editora da UnB, MCT/Cnpq, 1990.

quanto campesinato, impondo-se como alternativa ao processo de expropriação, mas também para parte da população urbana.³¹

Outro aspecto que cabe ser destacado é que o desempenho de atividades urbanas por uma parcela dos posseiros apontava, de igual modo, inversamente às acusações de artificialismo, de especulação ou de pura orquestração política, proferidas pelos setores conservadores da época,³² para a relevância de que se revestia, já então, aquilo que apenas recentemente se constituiu em objeto sistemático de reflexão, a pluriatividade. A auferição de renda em atividades não agrícolas, em determinados períodos do ciclo produtivo, não era algo aberrante, articulando-se, ao contrário, como elemento importante do cálculo e dos mecanismos de reprodução camponesa, não implicando, portanto, em uma necessária descaracterização dos posseiros como agricultores.³³

Todavia, se eram eles, em sua maioria, agricultores, a diversidade na sua composição, nas suas características e nas suas origens indica que a sua formação, enquanto grupo, no caso do Estado do Rio de Janeiro, para além de um efeito de representação política e de evidência estatística, para além de uma questão de crescimento e de afirmação quantitativa, significou pôr em relação pessoas em grande parte sem ligações prévias, sem vínculos dados. É certo que houve ocupações em que foram agregados subgrupos de origem comum. A existência destes vínculos anteriores, no entanto, não significava que novos laços, ou que novos grupos não fossem formados em função das próprias ocupações. Na verdade, os grupos mais amplos de ocupantes não se confundiam com os subgrupos de existência anterior, e havia mesmo referências de conflitos entre eles.

³¹ Para uma discussão atual sobre a reforma agrária como alternativa ao desemprego urbano, ver Moacir Palmeira e Sérgio Leite, *Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas; reflexões sobre a questão agrária*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997 (Série CPDA Debates, 1), 1997.

³² A presença de elementos urbanos era apontada por setores mais conservadores como prova de que as ocupações eram mera agitação, parte de planos subversivos ou de interesses de especuladores. Autoridades fluminenses afirmavam mesmo que algumas delas visavam favorecer proprietários interessados em lucrar com a desapropriação de suas terras. Cf. *Jornal do Brasil*, 4/3/1964, 1^a caderno, p. 4.

³³ Sobre o assunto ver, por exemplo, Paulo R. Alentejano, *Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais*, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997. Ver também Afrânio Garcia Jr., Leonilde Medeiros, Mario Grynszpan e Sérgio Leite, "Assentamentos rurais em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental", *Assentamentos rurais — propostas de pesquisa*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1997 (Série CPDA Debates, 4), 1997.

Destarte, os grupos de posseiros, de maneira geral, não preexistiam às ações, sendo formados a partir e por meio delas. A questão que se coloca, diante disto, é: o que fazia com que pessoas sem vínculos dados, de origens diversas, se mantivessem unidas, solidárias, desempenhando atividades cooperativas? Um dos elementos de compreensão, é certo, era a própria expectativa de estabilização do acesso à terra, via assentamento. Entre a ocupação e o assentamento, no entanto, havia um longo percurso, que não era linear nem tinha um fim garantido, e a possibilidade de percorrê-lo dependia das redes de solidariedade externa, mas também da unidade e da cooperação internas. Na base destas condições de possibilidade, da unidade e da continuidade do grupo, contudo, estava a ação das lideranças.

Na ausência dos antigos responsáveis pelas terras, era pela mediação das lideranças que se davam a entrada e a distribuição dos posseiros e suas famílias nos lotes, bem como a sua efetivação no processo de assentamento. Na verdade, deles dependia a própria continuidade das ocupações, dirimindo conflitos, organizando comissões, atividades internas e fazendo a intermediação com as redes externas de apoio e solidariedade. Eram eles, além disto, que falavam pelo grupo, representando-o externamente, por sobre as especificidades, diferenças e divergências dos subgrupos.³⁴

Havia, portanto, uma forte relação de dependência entre os grupos de posseiros, suas lideranças e entidades de representação.³⁵ Contudo, esta relação de dependência se dava também no sentido inverso. Se a ação política foi fundamental para a produção não apenas das lutas, mas igualmente do próprio grupo que lutava, objetivando-se os posseiros enquanto categoria estatisticamente significativa no estado, é preciso ver que foi a partir dos conflitos que as entidades de representação foram criadas. As associações de lavradores surgiam sempre a partir de alguma luta e, embora tivessem base municipal, eram controladas pelos posseiros das áreas mais mobilizadas. No nível estadual, por sua vez, a FALERJ era controlada por lavradores de áreas estratégicas da Baixada.³⁶

³⁴ Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, pp. 182-4.

³⁵ Esta dependência era também a base de sua fragilidade. Tanto era assim que, após o Golpe de 64, impondo-se a desmobilização, perseguindo-se ou prendendo-se aquelas lideranças, áreas de ocupação foram sendo abandonadas, retomadas pelos grileiros, desfazendo-se os grupos.

³⁶ Sobre o processo de organização dos lavradores do Estado do Rio de Janeiro, ver Grynszpan, *op. cit.*, 1987, pp. 91-145.

Lutas pelos atores

Por meio dos conflitos, como se viu, constituíam-se não apenas os grupos de posseiros, mas também a sua representação. Isto permite perceber como, para as lideranças dos lavradores, a sua força guardava relação direta com a existência e a continuidade dos litígios. E isto era tão mais verdadeiro quanto, já no início dos anos 60, em um quadro de legitimação social das lutas no campo, de pressão pela reforma agrária, de crescente reconhecimento político do campesinato, outros grupos começaram a concorrer com as associações e a FALERJ pelo monopólio da representação dos lavradores, promovendo também ocupações de terras, buscando apropriar-se politicamente das desapropriações. Esta concorrência gerou uma forte intensificação das ocupações na Baixada e, agora, no estado, de maneira geral, ampliando, assim, a presença dos posseiros.³⁷

A entrada de alguns agentes neste processo de concorrência deve ser vista a partir de mudanças que se operaram, mais claramente a partir de fins dos anos 50, nos perfis e nos padrões de composição das elites políticas, vale dizer, no próprio sistema de posições do espaço político de maneira geral, e assim também nos seus esquemas de competição, de oposição e de aliança. Tais mudanças estavam relacionadas, em larga medida, à incorporação de novos atores sociais, entre os quais o próprio campesinato.

Nesta configuração, alguns governadores começaram a voltar-se para os conflitos no campo, buscando resolvê-los não simplesmente como perturbações da ordem pública, portanto, passíveis de repressão policial, mas como problemas políticos, criando-se mesmo novas instituições com o objetivo de tratá-los. Um dos instrumentos privilegiados de intervenção dos governos estaduais foi justamente o dispositivo da desapropriação, previsto na Constituição de 1946, mas que só agora começava a ser tomado como alternativa

³⁷ Estudar conflitos agrários a partir de periódicos, como é o caso deste artigo, implica, ao mesmo tempo, em lidar com um outro tipo de concorrência, qual seja a que se dá entre os periódicos pela representação jornalística dos conflitos agrários. Isto foi aqui levado em conta como elemento orientador do controle e da relativização dos dados. Explorar as disputas jornalísticas de modo mais fino significaria fazer uma análise do campo da imprensa na época, com suas relações com outros campos, como o da política, não deixando de refletir sobre o fato de que parte dos jornais expressava posições de determinados grupos ou partidos, estando, portanto, submetidos a uma lógica distinta da dos periódicos em geral. Analisar sistematicamente estes pontos, constituindo-os de modo pleno como objeto, escapa aos objetivos e ao espaço disponível para este artigo e mereceria, na verdade, um trabalho próprio e de mais longo fôlego.

concreta de resolução de disputas. Ele foi utilizado, por exemplo, no caso do Engenho Galiléia, em Pernambuco, berço das Ligas Camponesas.

No Estado do Rio de Janeiro, o Governador Miguel Couto Filho, em processo de ruptura com seu antigo partido, o Social Democrático (PSD), de traço conservador, desapropriou duas fazendas, Limeira e Santo Antônio do Mato, no Município de Nova Iguaçu, no ano de 1958. Seu sucessor, Roberto Silveira, eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criou, em 1959, um órgão específico para lidar com os conflitos no campo, o *Plano Piloto de Ação Agrária*, que determinou a desapropriação de 18 fazendas até o ano de 1963, quando começou a atuar a SUPRA, *Superintendência de Política Agrária*, do governo federal.³⁸

Roberto Silveira também procurou fixar bases e fortalecer sua liderança individual no campo. Com o suporte do governo, foram criadas e estimuladas associações de lavradores e, mesmo, uma federação, em oposição às entidades em que as esquerdas tinham influência. Com a morte de Roberto, em fevereiro de 1961, aquelas organizações passaram a ser apoiadas e orientadas pela *Federação dos Círculos Operários Fluminenses*, entidade leiga vinculada à Igreja Católica.

Outro importante agente, presente no campo fluminense, foi o grupo do então deputado federal Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque. Tenório construiu seu prestígio pessoal justamente a partir da Baixada, utilizando-se, para tanto, da violência e de mecanismos clientelísticos. Procurou, quando das eleições de 1962 para o governo fluminense, em que foi candidato, aproximar-se das esquerdas e, assim também, da FALERJ. Neste movimento, Tenório e seu grupo passaram a apoiar as ações desta organização, inclusive por meio de seu jornal *Luta Democrática*. O que se buscava, no entanto, era não o fortalecimento das organizações, mas sim a formação de uma máquina tenorista no campo. Desta forma, o grupo do deputado terminaria, ele mesmo, promovendo e estimulando ações como ocupações de terras, criando, assim, áreas de atrito com a FALERJ.³⁹

As ocupações constituíram-se, naquele quadro, em uma das formas possíveis de se auferirem dividendos políticos. Por isto mesmo, alguns pe-

³⁸Cf. Grynszpan, *op. cit.*, 1987, pp. 192-6.

³⁹ Para uma análise da trajetória e da atuação de Tenório Cavalcanti, ver Mario Grynszpan, "Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 14, out. 1990.

quenos políticos, buscando ascender e afirmar a sua liderança, bem como obter ganhos eleitorais mais imediatos, tentaram também promover ocupações de terras.

A própria ação do governo João Goulart, por meio da SUPRA, criada ao final de 1962, com a incumbência de planejar e executar medidas de reforma agrária, contando, para tanto, com poderes especiais de desapropriação, contribuiu para que se formasse no Estado do Rio de Janeiro um contexto favorável à mobilização, através de resistências e ocupações. Ainda que não instigasse diretamente estas ações, as sucessivas desapropriações, realizadas pela SUPRA em áreas de litígio, pareciam legitimar as pretensões dos posseiros em relação às terras. E foi justamente na Baixada que a intervenção do governo federal se fez sentir de maneira mais evidente.

Segundo informações da SUPRA, quinze foram as áreas que tiveram sua desapropriação decretada por ela, até o final de 1963, em todo o Brasil. Destas, cerca de 50%, ou seja, sete, localizavam-se no Estado do Rio de Janeiro, sendo praticamente todas, com exceção de apenas duas, situadas na Baixada.⁴⁰ Além destas, duas outras áreas foram desapropriadas ainda antes do Golpe de 1964, ambas na Baixada: as fazendas Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu, e Tocaia, em Magé.

Foi, portanto, pela mediação, pela ação política desenvolvida pelas organizações dos lavradores, pelos advogados e por outros agentes que atuavam no campo fluminense, que se afirmou a presença de posseiros na Baixada, inclusive estatisticamente. Isto se deu tanto porque moradores, parceiros e arrendatários, em luta contra a expulsão, passaram a se identificar como posseiros — e aos seus opositores como grileiros — quanto porque, por intermédio daquela ação, a Baixada passou a ser vista como área de características de fronteira, com terras disponíveis via ocupação, atraindo lavradores de outras regiões do estado e mesmo de fora dele. Por meio da intervenção política, por conseguinte, conformaram-se os grupos que se mobilizaram, os inimigos contra os quais se mobilizaram e o próprio espaço das mobilizações.

⁴⁰ *Relação das áreas desapropriadas no Brasil*. Serviço de Planejamento Territorial da SUPRA.